

SOC 43

10



Universidade Eduardo Mondlane
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Departamento de Sociologia

TEMA:

O papel do extensionista rural no desenvolvimento das comunidades

Caso da Cooperativa 25 de Setembro

No distrito de Boane

Trabalho do fim do curso apresentada como exigência parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Sociologia na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane.

Proponente:

Francisco Julião Nguenha

Supervisor:

Dr. João Carlos Colaço

Maputo, Setembro de 2007

O PAPEL DO EXTENSIONISTA RURAL NO DESENVOLVIMENTO
AGRICOLA DAS COMUNIDADES
CASO DA COOPERATIVA 25 DE SETEMBRO
NO DISTRITO DE BOANE

Por

O Supervisor


Dr João Carlos Colaço

O Discente


Francisco Julião Nguenha

Trabalho do fim do curso apresentada a
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Universidade Eduardo Mondlane
Como requisito para a obtenção do grau de Licenciatura em Sociologia
Maputo, Setembro de 2007

O PAPEL DO EXTENSIONISTA RURAL NO DESENVOLVIMENTO
AGRICOLA DAS COMUNIDADES
ESTUDO DO CASO DISTRITO DE BOANE
COOPERATIVA 25 DE SETEMBRO

Por

Francisco Julião Nguenha

Francisco Julião Nguenha

Trabalho do fim do curso apresentada
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Universidade Eduardo Mondlane
Como requisito para a obtenção do Grau de Licenciatura em Sociologia
Maputo, Outubro de 2007

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIENCIAS SICIALS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

O trabalho do fim do curso: O papel do extensionista rural no desenvolvimento agrícola das comunidades.

Elaborado por: Francisco Julião Nguenha

Supervisor: João Carlos Colaço.

E aprovada por todos os membros da Bancada Examinadora foi aceite pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais e homologada pelo Conselho Científico, como requisito para a obtenção do grau de

LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA

Data _____ de Outubro de 2007

BANCADA EXAMINADORA

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro que este trabalho nunca foi apresentado no seu conteúdo para a obtenção de qualquer grau, constituído essencialmente o resultado da minha pesquisa pessoal, estando indicado no texto e na bibliografia as partes usadas pelo autor.

Francisco Julião Nguenha

(Francisco Julião Nguenha)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de diploma aos meus pais, Julião Nguenha e Florentina Tembe por terem me apoiado na minha formação.

Aos meus irmãos e irmãs Albino Nguenha, Jorge Nguenha, Antonio Nguenha, Isabel Nguenha, Teotónio Nguenha, Celeste Nguenha, Ernesto Nguenha (já falecido), Maria Alice Nguenha.

Especialmente a minha esposa, Cristina Jonas Massango, aos meus filhos Eufrásia e Milton e meu sobrinho Leonel que, incondicionalmente apoiaram me moralmente, e ajudaram me em todos os momentos da minha formação.

AGRADECIMENTOS

Imensurável agradecimentos ao meu supervisor, Dr. João Carlos Colaço, e a Dra Judite Chipenembe pelo Continuo acompanhamento, amabilidade, exigência, dedicação e paciência que demostraram em todos os momentos da elaboração do presente trabalho.

Aos meus colegas e amigos Anísio Erasmo, Carlos Bavo, Bambo, Maria Rita Matsimelane, Casimira Macitela, Rute, Venício, Inês Mungoi e toda a secção técnica do GIU (Gabinete de Instalações Universitárias), o gabinete do Director Pedagógico dr Pedro Magaja dos cursos Nocturno e Diurno na Escola Secundária de Lhanguene que facultaram-me os seus computadores nos momentos em que tive necessidades.

Aos amigos (as) Baltazar Muianga, Victor Kanhamba, Hortêncio Sande, Herinque Cumbane, Artur, Jaime Siteo, Feliciano, Benedito Gomana, Rogério Siteo, e todos que provavelmente não mencionei, pelos conselhos e apoio moral prestado ao longo do meu curso.

À minha família especialmente, pelo apoio moral e compreensão dispensada, e que pelas condições financeiras ao longo do curso, teve que passar por várias privações.

A todos aqueles que, directa ou indirectamente, fizeram com que a realização deste trabalho fosse uma realidade.

Um eterno " MUITO OBRIGADO "

Lista de abreviaturas

- M.A.- Ministério de Agricultura
- D.N.D.R.- Direcção Nacional de Desenvolvimento Rural.
- S.P.E.R.- Serviços Provinciais de Extensão Rural.
- D.D.A.- Direcção Distrital de Agricultura.
- D.P.A.- Direcção Provincial de Agricultura.
- O.N.G.- Organização Não Governamental
- S.D.E.R.- Serviços Distritais de Extensão Rural
- T&V- Treinamento e Visita.
- MINAG- Ministério de Agricultura.
- MADER- Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural.
- PROAGRI- Programa Nacional para o Desenvolvimento da Agricultura.
- C.F.A.- Centro de Formação Agrária

Resumo

O presente trabalho discute o papel do extensionista rural no desenvolvimento agrícola da "cooperativa 25 de Setembro no distrito de Boane"

Sendo o extensionista rural um componente do estado; com objectivos de ajudar as comunidades a lutarem contra a pobreza, introduzindo novas tecnologias, novas práticas de cultivo em coordenação com várias estruturas ligadas ao ramo agrícola, o presente trabalho busca o papel preponderante deste actor social no desempenho positivo das suas actividades na cooperativa 25 de Setembro.

O mesmo mostra como "o papel do extensionista rural no processo de desenvolvimento agrícola tem sido socialmente construído através da interacção deste na comunidade e no processo produtivo".

Por outro lado, o trabalho mostra, também que o extensionista rural a partir do seu papel cria uma certa coesão nas comunidades, ajudando-as na solução dos problemas endógenos de modo a contribuir desta maneira para a melhoria das condições de vida dos camponeses e para o desenvolvimento das suas comunidades respectivamente.

ÍNDICE

1. Introdução	1
1.1. Contextualização	3
1.2. Problemática	5
1.3. Justificação da relevância do estudo	6
2. Metodologia	8
2.1 técnica	8
2.2 Amostragem	9
2.3. Razoes da escolha do local de estudo	10
2.4. Dificuldades'	10
3. Referencial Teórico	12
3.1. CONCEITOS	16
3.1.1. Extensão Rural	16
3.1.2. Desenvolvimento rural	18
3.1.3. Desenvolvimento comunitário	20
3.1.4. Revisão da Literatura	21
3.1.5. Participação Comunitária	25
3.1.6. As fases do processo de adopção de tecnologias	27
3.1.7. O modelo do processo de tomada de decisão e adopção de tecnologias	28
3.1.8 A tomada de decisão e o papel da extensão rural	29
4: RESULTADOS DA PESQUISA	30
4.1- Caracterização do distrito de Boane e o seu potencial socio-económico	30
4.2. Extensão agrária em Moçambique	35
4.3. Caracterização da Cooperativa 25 de Setembro	38
4.4. -Antecedentes dos trabalhos na cooperativa 25 de Setembro	40
4.5. Implantação do extensionista rural na cooperativa 25 de Setembro	42
1. CONCLUSÃO	46
2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48

Capítulo I

1. Introdução

“ Os profissionais de desenvolvimento
sofrem de um complexo de superioridade
no que respeita aos pequenos agricultores.
Acreditamos que a nossa tecnologia moderna
é infinitamente superior a deles. Conduzimos
a nossa pesquisa e esforços de assistência como
se soubéssemos tudo e os nossos clientes
nada soubessem.¹(Hatch,1976:6-7).

O presente estudo pretende discutir o papel do extensionista rural no desenvolvimento das comunidades concretamente da cooperativa 25 de Setembro no distrito de Boane.

Iremos discutir, como objectivo geral, as percepções que as comunidades de Boane e em particular da cooperativa 25 de Setembro têm do papel do extensionista rural. Temos como objectivos específicos; analisar a relação entre o extensionista rural e os cooperativistas; mostrar como o extensionista rural contribui na mudança de mentalidade dos cooperativistas no processo de desenvolvimento agrícola.

Para alcançar os nossos objectivos o trabalho repousa sobre as bases da construção social da realidade de P. Berger & P. Luckman (1999), cuja teoria coloca o actor social como motor do desenvolvimento das necessidades da sociedade no quotidiano.

Esta acção só é possível através do trabalho interno quotidiano desenvolvido por este actor social que é o (extensionista rural), na busca de soluções para vários problemas que enfermam as comunidades.

¹ Tradução do autor.

Em seguida vamos fazer a apresentação dos capítulos do nosso trabalho.

No primeiro capítulo fazemos a apresentação do trabalho, a construção do objecto de estudo; no segundo capítulo temos a metodologia do trabalho que foi na análise dos métodos usados para o inquérito realizado perante aos cooperativistas.

No terceiro capítulo apresentamos a teoria (construtivista) que secunda o nosso trabalho que é “ A construção Social da Realidade” de P.Berger e T. Luckmam no quarto capítulo dedicar-se-á a discussão dos resultados onde está reservado ao tratamento do referido material empírico.

O quarto capítulo está dividido em duas secções. Primeira secção dedica a caracterização do distrito de Boane em termos da descrição dos aspectos socio-económicos, geográficos, do contexto histórico da urbe, também a caracterização da cooperativa 25 de Setembro, bem como o perfil social dos entrevistados e sua influência na percepção do “ extensionista rural” em Boane. O quinto capítulo tem as considerações finais, e por fim temos as Bibliografias e os Anexos.

1.1. Contextualização

A pretensão de Moçambique para adaptar o sistema T & V (treinamento e visita), deve ter em vista as condições do país, através da criação dum sistema nacional de extensão que permitisse reduzir a dispersão de esforços actualmente empregues na extensão rural pelas diferentes agências de desenvolvimento e projectos de ONG'S. Devido a fraca capacidade institucional provocada pela planificação das actividades pela extensão rural que vão fazer com algumas zonas fiquem fora do alcance deste organismo do estado, o que vai provocar um desenvolvimento desequilibrado das populações. Uma das consequências desta adopção foi, a criação dos extensionistas rurais. (Grupo de extensão do Ministério de Agricultura 1994; p3-5).

De acordo com Yeshewahel (1994:2), em termos de abordagem de extensão que devia ser adoptada actualmente nas redes de extensão rural do país viram no sistema de T&V sendo eficaz dado que tem maior abrangência e mais controlo das actividades entre o extensionista rural e o grupo de camponeses.

Moçambique optou por uma abordagem modificada do T&V, que leva em conta uma maior utilização dos grupos de contacto, em vez de focalizar poucos agricultores de contacto. A abordagem de grupo pode melhorar a cobertura dos serviços de extensão, através das técnicas participatórias.

Touraine (1976) advoga a necessidade de análise sociológica dos fenómenos para ajudar a sociedade a agir o mais próximo possível na realidade social; segundo este autor, a análise sociológica revela-se socialmente, importante, pois mostra, no caso vertente, que o extensionista rural estrutura as relações sociais concretas.

No contexto social Moçambicano, o extensionista rural sendo uma categoria chave da sociologia de desenvolvimento a sua contribuição como actor social, tem se traduzido numa maior consciência da necessidade e participação na colocação das mensagens no centro das atenções da sociedade é um dos actores no processo de desenvolvimento rural, que através dos seus trabalhos intervêm na comunidade e soluciona os problemas relacionados com a produção agrícola.

O extensionista rural estabelece um relacionamento mais complexo, em que estão envolvidas diversas instituições sociais. Segundo Franco Crespo (1997), a sociologia, a partir de situações aparentemente simples, como é o facto de contribuir no desenvolvimento de uma comunidade, levanta outros problemas. Tanto que a percepção das mensagens do extensionista rural resultam de um longo processo social marcado pela socialização dos actores sociais que são os camponeses e pela perspectiva de distribuição dos conhecimentos de modo a melhorar a sua vida.

É, a partir das constatações do Crespo, (1997) que analisamos a complexidade do fenómeno do extensionista rural, do seu potencial como promotor da capacidade de encarar a realidade social, na sua reflexão com os camponeses de modo ganharem uma maior consciência na resolução de problemas da comunidade. Visto que qualquer família rural procura os serviços de um especialista para ajudar a resolver algum problema que preocupa uma determinada comunidade, aí, ele acaba estando-se de alguma forma envolvida, não apenas como especialista, mas também com instituição que ele representa. Isto mostra que as relações sociais podem ser vistas de forma bem mais envolvente e complexas que parecem (Swanson: 1981).

Neste contexto temos o extensionista rural como um agente do estado, que cria a coesão nas comunidades encontros as terças feiras e as visitas regulares aos campos dos cooperativistas onde tem uma inteiração quotidiana com as dificuldades na opção de várias tecnologias, bem como nos índices de produtividade que vão aumentando por hectar graças aos ensinamentos deste actor social.

1.2. Problemática

A extensão rural, em Moçambique é um dos sectores fundamentais no processo de desenvolvimento rural.

O extensionista, através da sua actividade nas comunidades com vista a resolução dos problemas relacionados com a produção agrícola vai criando uma relação de interacção entre de modo a comungarem em todas as actividades relacionadas com a melhoria das condições de vida.

A produção agrícola hoje em Moçambique está muito aquém das necessidades da população devido

A falta de conhecimento ou tecnologias próprias em diferentes zonas rurais do país ou nos locais tradicionalmente conhecidos como zonas pilotos de extensionistas em Mocambique, com grandes potencialidades da produção agrícola.

A nossa experiência histórica permite sustentar que resultados positivos no sector agrícola foram notáveis nas regiões mais distintas do nosso país que tiveram junto das comunidades extensionistas rurais.(Mucavel,2001:13).

A cooperativa 25 de Setembro, no distrito de Boane, é exemplo claro deste fenómeno. Nos anos 80,o distrito de Borne foi uma zona onde a implantação de técnicos extensionistas permitiu o fomento agro-pecuário e florestal, o qual , permitiu uma mudança de mentalidade por parte dos camponeses locais na sua maneira de como fazer as lavouras, sachas, monda amontoa, e a distribuição de sementes por covas a rega das culturas.

De acordo com dados existentes na Direcção distrital de agricultura em Boane, desde Fevereiro de 1989, com a introdução do extensionista rural houve um levantamento dos problemas que existiam na cooperativa com vista a procurar apoios internos e externos isto com pessoas singulares e instituições vizinhas ligadas ao ramo da agricultura ao que gentilmente deram o apoio desde a concertação da motobomba que estava avariada, do tractor, da reabilitação do

sistema de regadio etc., a contribuição do extensionista rural teve como consequência o aumento da produção e da produtividade.

Contudo, esta experiência do ponto de vista do seu impacto não foi encarada como homogênea, em todo país. Os problemas de natureza socio-cultural fizeram com que o agente do estado não fosse visto da mesma maneira em todo o país diferindo de zona ou de região para região.

Neste sentido, importa fazer a seguinte pergunta de partida: *Que factores foram determinantes para a integração e um desempenho positivo do extensionista rural na cooperativa 25 de Setembro no distrito de Boane.*

A luz da teoria que ajuda a compreender como o extensionista rural tem desempenhado as suas actividades quotidianas nas comunidades, querendo com isto perceber dos pressupostos da contribuição deste actor social na melhoria da vida dos membros da cooperativa 25 de Setembro e da população circunvizinha, nesta óptica levantamos a seguinte hipótese:

A contribuição do extensionista rural no processo de desenvolvimento agrícola tem sido socialmente construída através da interacção deste na comunidade e no processo produtivo.

Portanto, a percepção que as comunidades têm do agente do estado, no meio rural resulta de múltiplas significações sociais e em torno dos agentes do estado e, incluindo os extensionistas rurais.

1.3. Justificação da relevância do estudo

Um dos factores que motivou a escolha do presente tema tem a ver com a contribuição que o proponente pretende dar na área de desenvolvimento rural mais especificamente no ramo da extensão rural em Moçambique.

Os serviços de extensão rural foram criados no Distrito de Boane em 1989, com uma rede piloto composto por seis extensionistas em que o proponente fazia parte do grupo onde trabalhou

durante nove anos chegando a assumir o posto de supervisor, tendo sido afecto nas aldeias de Campoane e de Manguiza; então motivou o a analisar que papel o extensionista rural tem no desenvolvimento duma comunidade, em particular a da cooperativa 25 de Setembro em Boane.

Há vários estudos realizados sobre o desenvolvimento rural (Awasse e Mushove; 2001; Chichava; 1999; Loforte & Raimundo; 1998; Valá; 1998; Mucavel; (2001,2002); Negrão; José 1997; Francisco; Álvaro 1999) em que abordam extensão rural tendo em conta outras vertentes com a participação comunitária.

Mas estas pesquisas enfatizam a acção na medida em que mostram uma panorâmica dos métodos a serem usados na ligação com as comunidades de modo a ajudar no seu desenvolvimento. E não analisam a extensão rural sob o ponto de vista sociológico. Por essa razão o nosso trabalho pretende fazer um estudo neste fenómeno; focalizando as percepções que os membros da cooperativa 25 de Setembro, no distrito de Boane, tem em relação ao extensionista rural.

Interessa-nos perceber a contribuição do extensionista rural no desenvolvimento das comunidades rurais, no sentido de identificar o papel que este actor social tem no seio da comunidade e avaliar o grau de importância que é dado pela comunidade na resolução de problemas endógenos neste caso na cooperativa, sendo esta uma das formas do desenvolvimento rural.

A importância deste trabalho do fim do curso é dar uma contribuição no ramo da extensão rural, que possa oferecer aos do direito ou interessados nos vários métodos de desenvolvimento rural a mostrar como este actor social junto das comunidades pode solucionar problemas endógenos com recursos internos e com apoios de instituições paralelas.

Capítulo II

2. Metodologia

Para a realização deste trabalho, foi necessário, numa primeira fase, uma pesquisa documental e bibliográfica, principalmente, nas bibliotecas da U.E.M. nomeadamente da Faculdade de Letras e Ciências Sociais, na biblioteca do Ministério de Agricultura e no do Centro dos Estudos Africanos. Na segunda fase, centramo-nos na pesquisa exploratória no campo, o que permitiu a elaboração do instrumento de observação.

2.1 técnica

A colecta de dados foi efectuada através da aplicação de questionário previamente elaborado para os membros da cooperativa 25 de Setembro (ver o anexo 1).

O questionário é constituído por doze perguntas abertas que dão a opção da abertura para a explanação possível sobre a pergunta colocada.

Dados explicativos do inquérito

- perfil do extensionista rural.
- Algum conhecimento sobre a extensão rural
- participação nos trabalhos com o extensionista rural
- Que mudança influenciou o extensionista rural.
- Que apoio teve do extensionista rural.
- Que contribuição tem o extensionista na comunidade.

2.2 Amostragem

Para determinar o tamanho e atribuição da amostra a seleccionar, foi necessário tomar em conta os objectivos do trabalho e os recursos financeiros disponíveis para suportar as despesas de transporte para ida e volta a Umbeluzi no distrito de Boane. Portanto, para o levantamento de dados junto aos cooperativistas, tomam-se em conta a população que é de 38 elementos, onde de forma aleatória formamos a nossa amostra constituída por 15 membros da cooperativa, que corresponde a 39,47%, dos quais 10 mulheres e 5 homens.

Assim, consideramos que esta amostra é representativa para os objectivos que queremos atingir que é tentar perceber a imagem que os cooperativistas têm em relação ao extensionista rural.

O trabalho foi realizado em três semanas no período entre 12 de Agosto e 5 de Setembro de 2005 onde nos dedicamos a recolha de dados empíricos orientados por um guião de entrevista.

Para o nosso trabalho utilizamos o método hipotético-dedutivo que se inicia pelas percepções de uma lacuna nos conhecimentos, acerca da qual formulamos hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenómenos abrangidos pela hipótese (Lakatos & Marroni, 1999:34).

Utilizamos a técnica de entrevistas semi-estruturadas porque trata-se de levar a pessoa interrogada a exprimir-se de forma muito livre acerca dos temas sugeridos por um número restrito de perguntas relativamente amplas, para deixar o campo aberto e respostas diferentes das que o investigador teria pedido, explicitamente, prever no seu trabalho de construção. Pretende-se que as perguntas fiquem abertas e não induzam as respostas nem as relações que podem existir entre elas (Quivy, 1985:185).

Para a melhor compreensão usamos o método de observação directa que é aquele em que o próprio investigador procede directamente à recolha das informações. Tem como suporte um guião de observação que é construído a partir de indicadores e que designa os comportamentos a

observar; mas o investigador regista directamente as informações; os sujeitos observados sem, no entanto, intervir na produção da informação procurada (Quivy,1985:165).

Segundo Bell (1997:141) a observação directa pode ser mais fiável do que o que as pessoas dizem; em muitos casos, pode ser particularmente útil descobrir se as pessoas dizem o que fazem ou se comportam da forma como afirmam.

O trabalho foi facilitado pelo facto de o investigador ter sido "extensionista rural", isso facilitou na comunicação pois as entrevistas decorreram em línguas chope, changana, ronga e português de modo a permitir a comunicação e recolha de informações.

Para o nosso trabalho usamos a análise qualitativa, isto porque garante a comprovação das informações recolhidas no terreno.

2.3. Razoes da escolha do local de estudo

Escolhemos a cooperativa 25 de Setembro de Boane por ser uma das poucas que ainda hoje existe a trabalhar em molde colectivo e onde a extensão rural teve maior impacto na sua intervenção e na reorganização desde 1989, mas também, por razões de acesso a vias de transporte, dado que os custos de transporte de deslocação foram pessoais.(anexo 5).

2.4. Dificuldades

Na cooperativa 25 de Setembro o trabalho de pesquisa decorreu de forma harmoniosa pelo facto de a dinâmica do trabalho ser conduzido a utilização do método de visita de campo em campo.

Ao longo do trabalho deparamos com vários problemas desde os de ordem financeiros para as várias deslocações ao terreno de trabalho, bem como aos de coordenação interna na cooperativa do contacto com as estruturas da Direcção Distrital de Agricultura de Boane, que alegaram falta

de tempo para nos atender, o que levou a equipa a deslocar-se várias vezes ao terreno sem conseguir trabalhar.

Contudo, no fim, a equipa foi encaminhada a cooperativa pelo chefe de extensão rural que gentilmente apresentou-nos a cooperativa ao que de seguida começamos com o trabalho de pesquisa.

Capítulo III

3. Referencial Teórico

Sabendo que a explicação dos fenómenos sociais não se faz de forma descontextualizada, consideramos a perspectiva da construção social da realidade, defendida por P. Berger & T. Luckmann (1990) é a base teórica deste trabalho.

Berger & Luckmann (1990) são considerados como algumas das figuras centrais da nova sub disciplina sociológica que desde Max Sheler e Karl Mannheim na década 1920 ficou conhecida como Sociologia do Conhecimento.

Fazendo o uso da fenomenologia compreendem os fundamentos do conhecimento na vida quotidiana. Berger & Luckmann (1990) partem para uma teoria da sociedade como processo dialéctico entre a realidade objectiva e realidade subjectiva, onde para esclarecer o lugar que a sociologia do conhecimento ocupa no contexto geral da sociologia, desenvolvem a teoria das instituições, a legitimação e a socialização.

A ideia básica por eles defendida é de que a realidade é construída socialmente e que a sociologia do conhecimento deve analisar o processo em que ocorre este facto. Portanto, torna-se pertinente esclarecer os conceitos básicos desta teorização nomeadamente, a realidade e o conhecimento.

A realidade é entendida como “ uma qualidade pertencente a fenómenos que reconhecemos terem um ser independentemente de nossa própria volição”, isto é não puderam desejar que não existam. E, por conhecimento, como a “ certeza de que os fenómenos são reais e possuem características específicas” (Berger & Luckmann, 1990:11).

Este pressuposto é materializado pela seguinte ideia: “ a sociedade é um produto humano; a sociedade é uma realidade objectiva; o homem é um produto social (Idem: 87).

Por conseguinte, Berger & Luckmann (1990) consideram a questão da sociedade em duas dimensões: a sociedade como realidade objectiva e a sociedade como realidade subjectiva, (esta é apenas uma separação analítica) sendo que qualquer compreensão teórica relativa a ela só possa ser entendida em termos de um processo dialéctico composto por três momentos, exteriorização, a objectivação e a interiorização.

Na dimensão sociedade como realidade objectiva é onde se objectiva ou se cria uma determinada realidade. O processo que aqui ocorre é designado de institucionalização que consiste na tradução dos elementos culturais (ideias, símbolos, valores) em normas, papéis, regras que exercem um controle directo sobre a acção e interacção dos membros da colectividade.

Entretanto, quando cristalizadas as instituições, são experimentadas como realidade objectiva e, como existindo por cima e além dos indivíduos, ou seja, experimentam-se as instituições como se possuíssem realidade própria, realidade com a qual os indivíduos se defrontam na condição de facto exterior e coercivo. As instituições passam a ter uma história que antecede o indivíduo. As instituições adquirem uma dimensão histórica e objectiva e, defrontam-se com o indivíduo na qualidade de factos inegáveis.

Todavia, esta objectividade do mundo institucional por mais maciça que pareça ao indivíduo é uma objectividade produzida e construída pelo homem. O que acontece é que o homem produz um mundo que em seguida experimenta como algo diferente de um produto humano. Assim, a relação entre o homem (o produtor do mundo institucional) e o mundo social (produto dele) é, e permanece sendo uma relação diabética, isto é, o homem e o mundo social actuam reciprocamente um sobre outro. O produto reage sobre o produtor.

Na outra dimensão, a sociedade como realidade como realidade subjectiva, Berger & Luckmann (1990), abordam o terceiro momento do processo dialéctico por nós referido, conhecido como a interiorização. A interiorização “ é a apreensão ou interpretação imediata de um acontecimento objectivo como dotado de sentido, isto é, como manifestação de processos subjectivos de outrem, que desta maneira se torna subjectivamente significativo para mim” (Berger & Luckmann, 1990: 174).

Em outras palavras, a interiorização é o processo pelo qual a realidade é apreendida na consciência individual. O mundo social objectivado é reintroduzido na consciência do indivíduo. O processo pelo qual a interiorização se realiza é a socialização, onde os indivíduos incorporam todo o acervo de conhecimento. Este pode ser entendido como “ a soma de tudo aquilo que todos sabem” (Idem, 90: 93) a respeito do mundo social, nomeadamente, todo um conjunto de valores e crenças, mitos, princípios morais, máximas morais, frases proverbiais.

Todas as instituições têm um corpo de conhecimento transmitido como receita, isto é, conhecimento que vai fornecer as regras de conduta, para legitimar essa ordem social.

Esta concepção de carácter duplo da sociedade tem suas raízes nas posições teóricas de Weber e de Durkheim: a contribuição dada por Durkheim ao considerar os factos sociais como coisas e, a contribuição dada por Weber ao considerar que o objecto da sociologia é o complexo de significados subjectivos da acção.

Contudo, Berger & Luckmann (1990) não encontram contradição nestes dois enunciados e defendem que a sociedade na verdade possui facticidade objectiva, por um lado, e que ela é de facto, constituída pela actividade que expressa um significado subjectivo, por outro lado, (razão pela qual constroem a sua teoria da sociedade como um processo dialéctico composto por estas duas dimensões). E, é precisamente o duplo carácter da sociedade em termos de facticidade objectiva e significado subjectivo que torna sua realidade sui generis.

Ao conciliarem estes dois modelos trazem uma nova perspectiva a saber, construtivista pois, concebem a realidade como socialmente construída sendo que os indivíduos concretos são os definidores da realidade. Assim, a sociologia do conhecimento, deve acima de tudo ocupar-se com o que os homens conhecem como realidade em sua vida quotidiana, ou seja, a análise da construção social da realidade.

O modelo ajuda a compreender como o extensionista rural tem desempenhado as suas actividades quotidianas nas comunidades, querendo a luz desta realidade perceber os pressupostos da construção da contribuição deste para melhorar a vida dos membros da cooperativa 25 de Setembro e da população circunvizinha.

Este trabalho procura defender uma tese construtivista. Segundo a qual, o fenómeno do extensionista rural não possui uma existência própria, mas sim uma existência realizada pelos actores sociais na sua interacção quotidiana e resume-se em quatro enunciados, designadamente:

Em resultado das acções do extensionista rural, a comunidade aos poucos vai aceitando este actor social como fazendo parte deles através dos ensinamentos que vão ajudando na melhoria da sua e da produtividade

O extensionista torna-se socialmente interactivo na sociedade através dos cooperativistas e com as instituições de apoio e de ligação nos trabalhos agrícolas. Na solução dos problemas sociais das comunidades pressupõe-se intervenção deste actor social na procura de soluções mas também endógenos ou actividades relacionadas com os vários problemas existentes na comunidade e na mudança de mentalidade e hábitos culturais (são as diversas actividades rotineiras como sacha, monda, amontoa etc.).

O trabalho do extensionista rural que traz benefícios para a comunidade ganha credibilidade é aceite no quotidiano.

O trabalho do extensionista rural ajuda na percepção das mensagens que tem uma bagagem tecnológica que vai ajudar a mudar a mentalidade sobre como plantar, como semear melhorando assim para a boa gestão da cooperativa e na melhoria da vida dos camponeses e isso ajuda a resolver a escolaridade dos seus filhos e na melhoria da dieta alimentar.

3.1. CONCEITOS

Passamos a apresentar as definições de alguns conceitos que consideramos “chaves” e que resultam da formulação da pergunta de partida e da hipótese de trabalho anteriormente levantadas. Nomeadamente:

3.1.1. Extensão Rural

Assim, na sociedade existe uma ideia do que é um “extensionista rural” dos vários tipos de extensionistas (técnico agrário, pecuário, técnico de água, técnico florestal e de fauna bravia), e como lidar com a mesma realidade.

O extensionista rural é um técnico agrário de nível elementar, básico, médio ou superior que pode ocupar funções de: supervisor de rede de extensão, distrital, provincial, regional ou técnico ramal².

Segundo Swanson (1991) é difícil definir “extensão rural” precisamente porque está organizada em diferentes modos para procurar alcançar uma série de objectivos. Por isso, o seu significado pode variar de pessoa para pessoa. Entre diferentes formas de interpretações, parece haver várias características em comum a contribuição do extensionista rural nas comunidades.

Maunder (1973) citado por Swanson (1991) e Claar (1991) define “extensão rural” como “um serviço ou um sistema que ajuda a população rural, através de processo educativo, a melhorar os métodos e técnicas agrícolas, aumentando as receitas e a eficiência da população, melhorar os níveis da vida e elevar os padrões sociais e culturais da vida rural”.

Bon e outros (1997) consideram a “extensão rural” como um instrumento de intervenção, politicamente orientada e planeada, com objectivos e grupos alvos bem definidos, servindo-se da

² É um técnico que vai receber uma formação numa determinada área e vem capacitar os seus colegas e pressupõe-se que deve entender bem da matéria em causa. Ex.

comunicação para apoiar o homem e poder dar influência na transformação de uma situação determinada.

A unidade básica da estrutura de extensão rural (pública) é a rede de extensão (que pode cobrir uma área contígua que pertence a um ou mais distritos administrativos) em que inclui várias equipas de extensionistas e seus supervisores, técnicos ramais, e a gestão da rede. O extensionista é o ponto de contacto com os produtores. As suas responsabilidades são: visitar grupos de produtores, identificar os problemas com eles, ensinar e demonstrar novas alternativas tecnológicas, promover a troca de informação e difusão de mensagens entre produtores. O número de extensionistas será sempre limitado e, portanto é necessário que cada um tenha o maior raio de influência possível. Cada extensionista deverá trabalhar em torno de 15 grupos de 15 elementos cada, com grupos espalhados dentro dos limites impostos pelo tempo de viagem, visitando cada grupo uma vez por quinzena, em um dia determinado para cada grupo (Plano Director de Extensão,1997).

A extensão rural é um serviço que pelas suas características, e sem se sobrepor a estruturas político administrativos locais funciona em “duas mãos” percebendo e analisando e mesmo ajudando a encaminhar os problemas dos camponeses e levando mensagens e formas de produção adequada a resolução dos problemas e ao aumento da produtividade agrícola e pecuária³.

A importância da extensão rural é, essencialmente, o meio pelo qual novos conhecimentos e ideias são introduzidos nas zonas rurais, de modo a introduzir mudanças e melhoria na vida dos agricultores e das famílias.

Os serviços de extensão rural visam coordenar em ligação com as acções de investigações e apoio a produção, aumentar os níveis de produtividade agrícola, pecuária, florestal e faunística.

A extensão rural é um serviço que pelas suas características, e sem se sobrepor a estruturas político administrativo locais funciona em “duas mãos” percebendo, analisando e mesmo

³ Director,Plano, 1997.

ajudando a encaminhar os problemas dos camponeses, levando mensagens e formas de produção adequada a resolução dos problemas, ao aumento da produtividade agrícola e pecuária⁴.

A importância da extensão rural e, essencialmente, o meio pelo qual novos conhecimentos e ideias são introduzidos nas zonas rurais, de modo a introduzir mudanças e melhoria na vida dos agricultores e das famílias.

Os serviços de extensão rural visam coordenar em ligação com as acções de investigações e apoio a produção, aumentar os níveis de produtividade agrícola, pecuária, florestal e faunística, aumentando consequentemente os rendimentos e garantindo a segurança alimentar das famílias rurais (PARPA, 1999:64).

3.1.2. Desenvolvimento rural

A definição deste conceito de desenvolvimento rural tem importância dado que o nosso tema em estudo sobre o papel do extensionista rural no desenvolvimento das comunidades que é uma forma de desenvolvimento agrícola.

Desenvolvimento rural refere-se, principalmente, a extensão rural e ao sustento dos agricultores e das suas famílias. O conceito de desenvolvimento rural deve portanto ser abordado com referência especial a agricultura, pois a agricultura é a base de sustento da maioria das famílias rurais (Oakley et al, 1992).

Nas últimas duas décadas tem-se dado ênfase crescente a programas e projectos de desenvolvimento rural, e tem se reconhecido que o desenvolvimento das zonas rurais é tão importante como a da estruturação de complexos urbanos e industriais. O desenvolvimento deve ter dois eixos. A industrialização urbana e o melhoramento rural.

A maior parte das populações são ainda muito pobres e dependentes de práticas agrícolas com muito pouco aproveitamento da tecnologia moderna.

⁴ Director, Plano, 1997.

Vivem em locais isolados e muitas vezes inóspitos, com pouco acesso aos recursos necessários para melhorar a sua agricultura. Muitos vivem vidas a beira do nível de subsistência. O número de pessoas nesta situação, só por si, constitui um argumento forte para que dê uma grande prioridade ao desenvolvimento rural (Chambers,1993:70).

O papel mais importante da agricultura é a produção, quer de alimentos para a população rural e urbana, quer de culturas de rendimentos, para a obtenção de divisas através da exportação.

O desenvolvimento rural é um processo integrado, com objectivos económicos e sociais, que deve procurar transformar a sociedade rural e providenciar um sustentamento melhor e mais seguro a sua população. Assim, o desenvolvimento rural é um processo de análise, detecção de problemas e propostas de soluções pertinentes. Este processo é, normalmente, englobado num programa ou projecto, que procura abordar o problema detectado (Oakley et al, 1992).

Esta abordagem reconhece os produtores como participantes activos no processo e não como “alunos” passivos do extensionista, assim como o papel do extensionista que é de servir, principalmente, como facilitador da troca de informações entre produtores sobre novas opções tecnológicas testadas nas suas machambas.

O extensionista tem também o papel de educador e catalizador. Como educador é feito através do método escola onde o extensionista passa a mensagem aos camponeses em função da situação real dos problemas endógenos da comunidade e como catalizador o extensionista ajuda a implementar uma certa dinâmica no processo de produção agrícola; fazendo com que a produção seja flexível através da utilização de vários incrementos como adubos e fertilizantes que dinamizam a produção e a produtividade.

No geral, o papel do agente é, essencialmente, de ajudar e incitar os agricultores a tomarem as suas próprias iniciativas na resolução dos seus problemas (vide a lista seguinte).

O papel do Extensionista rural no desenvolvimento agrícola das comunidades

Educador	Agente comercial	Administrador	Advogado
Dirigente	Consultor	Disponibilizador	Catalizador
Comunicador	Intermédio	Activista	Amigo
Motivador	Ouvinte	Fornecedor	Estimulador

Esta lista mostra-nos a diversidade de papéis que o agente pode assumir, mas este deve estar sempre consciente que a coisa mais importante é estudar a situação, analisar os problemas e adoptar uma posição adequada para a resolução dos problemas concretos (Oakley et al,1992: 117-118).

A importância do agente na prática de extensão rural em todo o mundo tem uma interpretação multifacetada segundo o seu papel (OAKLEY et al, 1992). Professor Facilitador Organizador Árbitro posição adequada para a resolução dos problemas concretos (Oakley et al,1992: 117-118).

3.1.3. Desenvolvimento comunitário

Sendo uma das formas de as comunidades participarem nos trabalhos quotidianos com o extensionista rural, assumindo o papel dinamizador da melhoria das comunidades.

Desenvolvimento comunitário - pressupõem um conjunto planeado de acções contemplando várias dimensões das necessidades da população (Neto & Garcia,1987).

A participação é um processo em que todos os actores sociais com diferentes poderes e recursos actuam em instâncias formais e informais para discutir os seus interesses e negociar conflitos e desenvolver acções que tomam em consideração os interesses e preocupações de partes envolvidas (Loforte & Raimundo, 1998).

A ONU defini Desenvolvimento Comunitário como um conjunto de processos através dos quais os esforços do povo se unem aos do governo, visando elevar as condições de vida das comunidades nos vários aspectos e actividade (Ivone de Barros citada por Neto & Garcia, 1987).

O desenvolvimento comunitário abrange domínios como educação, segurança, saúde, emprego, ocupação racional do solo utilização de tecnologias, ambiente, ajuda aos mais necessitados, alimentação, relacionamento interpessoal, promoção dos direitos humanos, construção de infra-estruturas económicas, políticas, sociais compatíveis com o estágio das nações civilizadas e com dignidade da pessoa humana ou com a finalidade de melhorar a vida da população (idem).

3.1.4. Revisão da Literatura

Neste capítulo vamos discutir a nossa abordagem em três aspectos: a extensão rural, o desenvolvimento rural e a participação comunitária.

A extensão rural constitui um impulsionador do progresso das comunidades rurais, não existe informação suficiente sobre como estes provedores de extensão rural interagem nas suas actividades de extensão. A Direcção Nacional de Extensão rural, Estado; sector Privado, sector familiar e ONG (Mader, 2000). Poucos estudos foram feitos para melhor compreender a coordenação e a interacção de provedores de extensão rural para o desenvolvimento das comunidades rurais.

A extensão rural no contexto em que hoje é implementado, como serviço do Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Teve o seu início em 1987 com algumas redes pilotos organizadas pelo estado em áreas de relativamente boa segurança. Actualmente a extensão rural existe em todas as províncias do país, estando representadas em determinadas áreas. Os serviços públicos de extensão compreendem três períodos: 1987-1992; 1992-1997; 1997-2002 (Mucavel 2002).

Como desenvolvimento rural significa mudanças na estrutura da produção e na a locação de insumos, por sectores. (Kindleberger,1976:1).

Para Neto & Garcia (1987: 12) o desenvolvimento rural implica em mudança qualitativa mais que quantitativa, é mudança social mais que económica; é tendência secular ao aumento do produto mais que mera oscilação a mais ou menos a curto prazo (...).

Negrão; José (1997: 122-123) fala das mudanças nos últimos 50 anos que deram uma alteração positiva na questão de desenvolvimento rural.

Há cinquenta anos atrás o objecto de desenvolvimento rural eram os produtos e a subsistência, hoje o objecto é o desenvolvimento processos que permitam dar aos cidadãos oportunidades de aumentar os rendimentos, individualmente e colectivamente. A segurança de acesso e de posse da terra pela mulher rural Africana, é disso um exemplo claro de como a moda evoluiu positivamente. Em lugar de se assumir o papel secundário da mulher no controlo dos recursos produtivos, há toda uma preocupação em se defender os seus direitos, quer em face aos sistemas “ tradicionais” que perante os sistemas legislativos modernos.

Antes os beneficiários eram tidos como receptores passivos de ajuda internacional ou como mão de obra para empreendimentos empresariais, hoje há a preocupação de os ter como actores principais na escolha, no uso, na aplicação e no desenvolvimento dos bens e serviços prestados.

A participação é um processo social de exercício democrático que existe ao nível da comunidade, independentemente da interferência provocada pelos agentes externos. A participação não é apenas uma questão que diz respeito aos pobres, ou ao marginal, ela diz respeito às condições básico de existência do ser humano (Francisco;1999:45)

A cooperativa 25 de Setembro enquadra-se nestes processos de desenvolvimento que estão e estreita ligação para o desempenho do extensionista rural que é o factor dinamizador levando a grande tarefa de melhorar a vida das comunidades rurais bem como a sua participação na adopção de novas tecnologias agrícolas.

O extensionista rural utiliza a participação comunitária como instrumento de trabalho das comunidades de modo a impulsionar o desenvolvimento rural.

Uma nova abordagem nos últimos anos é o envolvimento das comunidades na gestão dos recursos naturais com vista a conservar e/ou uso sustentável, o que pressupõe na maioria dos casos o estabelecimento de parcerias com vista ao benefício e na melhoria das condições de vida.

Segundo Mushove (2001) hoje em dia os governos reconhecem a sua incapacidade de sozinhos realizarem a gestão efectiva dos recursos naturais, assim surgem diferentes abordagens, que usam a participação das comunidades locais para a gestão ambiental.

Vários pontos são considerados para o sucesso deste envolvimento, onde Mushove (2001) apontou 3 ângulos de abordagem.

-No aspecto da conservação;

-Desenvolvimento rural;

-Definição de políticas que acompanham a tomada de decisão, partilha de poder e obrigações governamentais que garantam o fortalecimento das instituições comunitárias locais.

Segundo Shoham (1994) o género, a etnicidade e o "status" socio-económico devem ser tomado em conta nos comités que representam a comunidade de modo a permitir que os afectados estejam devidamente representados. A percepção e interpretação da comunidade são a base sobre a qual o projecto deve ser desenhado e implementado.

A comunidade deve ter a oportunidade de tomar parte nas decisões, particularmente no que respeita aos níveis de como executar um determinado trabalho, resolução de vários problemas endógenos etc.

A participação serve também para aumentar o senso de dignidade, posse e segurança dos que recebem ajuda, bem como daqueles que dão a ajuda. Especial atenção deve ser dada a mulher, devido a sua posição de marginalizada na sociedade, embora ela possa desempenhar um papel importante na gestão de desastres, bem como no acesso equitativo de alimentos ou de bens dentro da família, dado o seu papel de gestora doméstica.

O conceito participação é muito vago pois pode ser usado de diferentes maneiras mesmo em condições similares. Vários autores distinguem diferentes níveis de participação segundo Pijenburg (1998) considerou quatro níveis de participação em intervenções participativas apresentadas na tabela 6 seguinte:

Tabela 6 -modelo teórico para a participação comunitária.

Modo de participação	Objectivo
Contratual	Os beneficiários são contrastados pelo projecto para providenciarem serviços.
Consultivo	O projecto consulta aos beneficiários sobre seus problemas e depois desenvolvem soluções.
Colaborativo	O projecto e os beneficiários colaboram como parceiros no processo da intervenção.
Colegial	O projecto trabalha para fortalecimento dos beneficiários.

Fonte: Pijenburg:1998.

Este estudo mostra o quanto deve se tomar importância a participação comunitária na tomada de decisões para a resolução dos diversos problemas, na gestão dos recursos naturais, nos diversos trabalhos culturais praticados nas machambas dos camponeses, visto que com a sua inserção nestes trabalhos teremos maior participação porque eles vão se sentir donos do objecto a serem beneficiados. (Cidália: 2002).

3.1.5. Participação Comunitária

Participação é vista como processo através do qual todas as pessoas, individual ou colectivamente, exercem um papel activo na tomada de decisões nas actividades consequente que as afectam (ODA: 1995).

Igualmente, para Chichava (1995) participação é o envolvimento da população no processo de tomada de decisão, implementação dos programas de desenvolvimento, na avaliação e benefício dos frutos de tais programas.

Valá (1998) por sua vez diz que a participação comunitária é um processo segundo qual os membros de uma determinada comunidade participante de forma activa e organizada na identificação e análise dos seus problemas, buscam conjuntamente soluções alternativas dos seus problemas, mobilizam recursos para a realização de intervenções de desenvolvimento e participam na monitoria e avaliação das mesmas.

E de acordo com Borja (1997) a participação implica alguns requisitos tais como, a necessidade do cidadão saber como, onde e para quê participar, legitimidade do governo local, este deve ser considerado democrático, honesto e eficaz pelo cidadão, a existência de expectativas de progresso individual ou colectivo, disponibilização de um conjunto de instrumentos que facilite a participação e o reconhecimento de direitos exercitáveis.

Existem vários tipos de participação comunitária, que variam da forma passiva a auto/mobilização (Pretty et al, 1995).

Participação Funcional as pessoas participam formando grupos para alcançarem certos objectivos num determinado projecto que pode também envolver o desenvolvimento de uma organização social. Mas esse envolvimento não tem sido nas fases iniciais do projecto, mas depois de terem sido formuladas as grandes desições. Essas instituições têm a ser dependentes de facilidades externas, o que dificilmente as torna auto-dependentes.

Participação interactiva as pessoas participam nas análises consultivas onde são levadas a cabo planos de acção e de formação de novas instituições locais ou de fortalecimento das já existentes. Este processo pode envolver métodos interdisciplinares que buscam múltiplas perspectivas e fazem uso de uma estruturação e sistematização de aprendizagem. Esse grupo toma o controlo das decisões locais e as pessoas só se envolvem no jogo mantendo as suas estruturas e práticas.

Auto – mobilização - as pessoas participam através de iniciativas individuais ou de instituições externas para mudarem o sistema. E as estabelecem contactos com outras instituições externas para a aquisição de recursos ou assistência técnica que elas necessitam, mas detém o controlo e reconhecimento total de como os recursos estão sendo mobilizados e usados.

A partir desta participação relacionamos o tipo que é usado na cooperativa 25 de Setembro sendo a auto mobilização e interactiva onde as pessoas participam conjuntamente para a mudança de várias tecnologias através da assistência técnica então aqui mobilizam-se recursos que são usados eficazmente com o objectivo de melhorar o desenvolvimento comunitário e as condições de vida onde há um envolvimento multisectorial com uma certa estruturação e sistematização da aprendizagem das várias tecnologias que vão aos poucos ajudar o grupo na tomada de decisões.

3.1.6. As fases do processo de adopção de tecnologias

Adams(1984) e Rogers(1983), afirmam que são conhecidos variados pontos de vista que explicam o processo de adopção. O mais conhecido envolve por um lado, o contacto, interesse, avaliação, experiência e adopção e, por outro lado, temos a de (!) conhecimento; quando o indivíduo aprende da existência da inovação e procura algumas informações relativas a inovação tecnológica; (!!) a persuasão; quando o indivíduo forma uma opinião favorável ou não acerca da tecnologia; (!!!) a fase de decisão; quando o agricultor se engaja em actividades que procuram provar a aceitação ou rejeição da inovação e (!V) a confirmação da inovação; quando se dá a decisão final sobre aceitação da inovação ou o seu abandono (ver a figura 7).

Lobo (2001) refere que apesar de algumas variações na abordagem do processo de adopção, determinados passos e estágios são de algum modo característico, designadamente:

- (!) Alerta- antes de adoptar qualquer ideia nova ou desconhecida, o agricultor procura conhecer o conteúdo da inovação.
- (!!) Interesse depois da alerta, desperta o interesse, surgindo dúvidas. Sente-se a necessidade de querer conhecer mais a inovação com pormenor, como funciona, o que pode resultar entre outros. É a fase de reunir mais informações respeito da inovação.
- (!!!) Avaliação aqui se transforma o interesse global em pessoal. Colocamos a inovação ao nosso poder particular e questionamos como ela funcionaria nestas circunstâncias.
- (!V) Teste - Se esta inovação passar da fase de avaliação, inicia-se a fase de testagem. Neste estágio, procura-se verificar como funciona a inovação ao mesmo tempo que se aprende em relação aos requerimentos e exigências.
- (V) Adopção- É a fase de aceitação da inovação. Isto poderá significar que ela satisfaz o nosso desejo e passa-se a praticar a ideia (Sabão: 2003).

3.1.7. O modelo do processo de tomada de decisão e adopção de tecnologias

A figura 7 ilustra a interacção das diferentes variáveis sociais do receptor e as de natureza própria das inovações pelas quais o adoptante conjuga para tomar decisões sobre a aceitação ou não da tecnologia julgada viável.

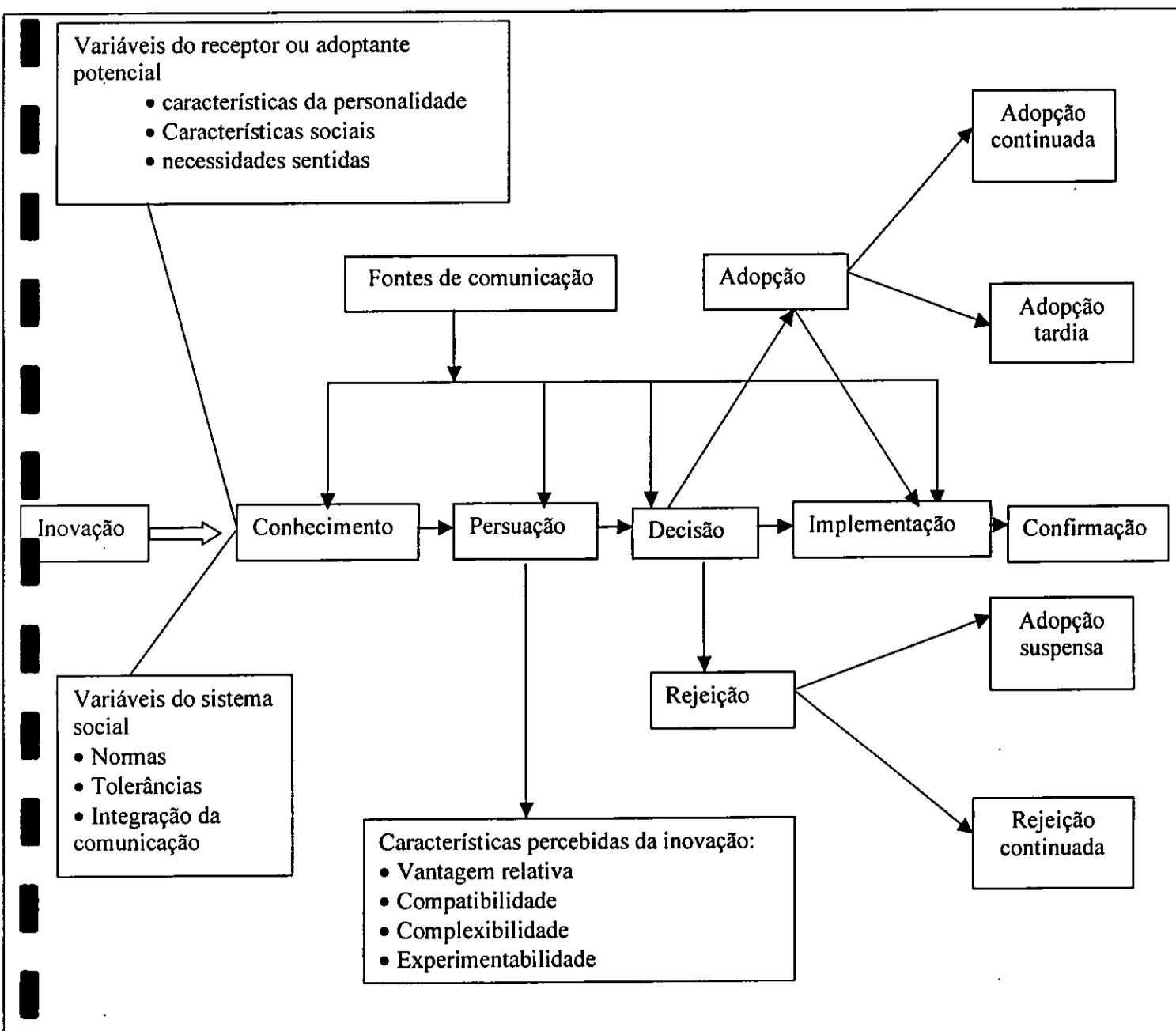


Figura nº 7: variáveis sociais dos agricultores e de inovação no processo de adopção de tecnologias

Mucavele (2002)

3.1.8 A tomada de decisão e o papel da extensão rural

A tabela 8 resume as contribuições de extensão rural nos diferentes estágios do processo de tomada de decisão para adopção de tecnologias pelos agricultores.

Tabela 8: papel de extensão na tomada de decisão

Tomada de decisão	Papel de extensão
Conhecimento	Criar condições para que os produtores tenham um conhecimento correcto do problema ou da inovação. Dar maior objectividade.
Persuasão	Apoiar o produtor a diagnosticar correctamente o problema e suas causas, clarificar os aspectos implícitos e explícitos. Alertar para aspectos emocionais e socio-psicológicos.
Decisão	Colocar a disposição do produtor as alternativas possíveis e clarificá-las. Estimular o produtor a fazer a escolha correcta.
Implementação	Apoiar o produtor facilitando e garantindo o acesso aos factores necessários para a implementação da decisão.
Confirmação	Continuar a apoiar o produtor para reduzir a ocorrência de “cognitive dissonance”

Fonte: Mucavele :2002.

Capítulo IV

4. RESULTADOS DA PESQUISA

4.1- Caracterização do distrito de Boane e o seu potencial socio-económico.

O Distrito de Boane localiza-se a sudoeste da Província de Maputo ocupando uma área de 820 km². Boane é limitado a Norte pelo Distrito de Moamba, a Sul e Este pelo Distrito de Namaacha, e a Oeste pela Cidade da Matola e pelo Distrito de Matutuine (ver o anexo 8).

De acordo com ACNUR & PNUD (1997) citando fontes da Administração, a população do distrito de Boane é de 61.139 habitantes, e com uma densidade populacional, de 80 habitantes por quilometro quadrado.

O Distrito é habitado por populações de origem Tsonga, das etnias Rongas e Changana.

Este é dividido em dois Postos Administrativos nomeadamente Boane e Matola-Rio, sendo a sede Distrital a Vila de Boane.

O Distrito apresenta grandes potencialidades agrícolas, pesqueiras e florestais. O sector florestal apresenta um grau de exploração acentuada que tem como consequência o desflorestamento.

A principal actividade deste Distrito é a agricultura (Tal como ilustra a tabela-1 abaixo), concentrada no sector familiar, que tem como principal produto agrícola o milho.

Tabela-1: Distribuição da população por sector de actividade

Ramo de actividade	Homens	Mulheres	Total
Agricultura	44227	70400	11462
Silvicultura	1309	102	1411
Indústria	1777	92	1569
Outros	2498	435	2823

Fonte: Couto, Holton & Mussagy: 1993.

Agricultura

As áreas da bacia do rio Umbeluzi têm grande importância agrícola para o país. Embora esta ocupe somente 11% da superfície total da província, produz cerca de 60% dos citrinos da província e 21% do país.

A agricultura constitui a principal actividade produtiva da produção do distrito, e de acordo com um estudo realizado, cerca de 77% da População Economicamente Activa (PEA) encontra-se o sector primário da economia. Deste existe predominância das mulheres numa percentagem de 93.9% em relação ao total de trabalhadores envolvidos neste sector.

A agricultura em Boane tem duas épocas: a primeira dura 6 meses e vai de Setembro a Fevereiro. A segunda com a mesma duração é de Março a Agosto.

No que respeita à sua aptidão agro-pecuária, os solos do distrito classificam-se nas categorias abaixo indicadas:

- Terrenos de pastagem de 1ª classe
- Terrenos férteis e permeáveis
- Terrenos de pastagem de 2ª classe
- Terrenos salgados e arenosos (pouco aptos)
- Terrenos regularmente férteis

No sector familiar, os camponeses dedicam-se de forma geral às culturas de subsistência, especialmente o milho, mandioca, o amendoim e feijão nhemba.

A maioria das unidades privadas, incluindo as empresas agrícolas, dedica-se à cultura de hortícolas, principalmente a cebola, tomate, alho e repolho. Para além disso 31.7% destes dedicam-se a culturas anuais como milho, mandioca, feijão e amendoim.

A baixa produção na agricultura levada a cabo neste distrito tem conduzido a uma subordinação crescente em relação aos salários (também reduzidos), ou à prática de um comércio informal (venda de bebidas de tipo caseiro, bolos, hortícolas e vegetais) por parte das mulheres. O corte de

lenha para carvão e estacas é feito maioritariamente pelos homens, mas nos últimos tempos, em função da crise económica, também por mulheres.

Segundo um inquérito levado a cabo pela Comissão Nacional do Plano em 1991, verifica-se que os agricultores não exploram grande parte das áreas de cultivo que lhes são concedidas.

Nesse ano o sector familiar cultivava somente 50% de área e o privado 9% (a excepção das grandes empresas que utilizam melhor as suas áreas com culturas permanentes). As razões apontadas para estes fracos níveis são a guerra, seca, fraca capacidade financeira e elevado custo de factores de produção.

Tabela-2: Sector familiar, número de machambas e área média atribuída por machamba

Sector	Número de machambas	de Áreas cultivadas (ha)	Área atribuída (ha)
Estatal	10	2028	10546
Misto	2	1040	1100
Cooperativo	7	71	369
Privado	59	1052	6195
Familiar	S/informação	4493	18569
Total		8684	36779

Fonte: Couto, Hatton & mussagy, 1993.

Os principais tipos de agricultura praticados no distrito são: Agricultura de sequeiro e de regadio.

- Agricultura de sequeiro

É o tipo de agricultura praticado pela maioria da população, em 1986 a área ocupada correspondia a 20 000 ha. A maioria dos agricultores utiliza poucos insumos, à excepção dos tractores como pode ver-se na tabela numero 3.

Tabela-3: Número de agregados familiares (em %) que utilizam insumos

Agros químicos	Fumigadores	Tractores	Moto bomba	Junta de bois	Assalariados
1.9	6.0	57.8	5.2	13.3	13.3

Fonte: CNP,1991

No que diz respeito à compra de sementes, as de amendoim e feijão são as mais compradas pelo sector familiar (tabela abaixo)

Tabela-4: Distribuição relativa dos agregados que compram sementes

Arroz	Algodão	Amendoim	Couve	Alface	Cebola	Feijão	Tomate
1.4	1.4	30.4	7.2	7.4	9.4	28.8	7.4

Fonte: CNP,1991

- Agricultura de regadio

A superfície ocupada por este tipo de agricultura era de aproximadamente 32 400 ha em 1987, sendo repartida da seguinte forma 17 600 ha no alto Umbeluzi, 3 300 ha no baixo Umbeluzi e 11 500 ha na bacia do rio Movene.

Grande parte desta área estava concentrada nas machambas estatais de Boane, como se pode ver na tabela numero5.

Tabela-5: Área por machamba de cada sector

Sector	Hectares	Percentagem
Familiar	110	6.6%
Privada	170	10.3%
Estatal	1370	83%
Total	1650	100%

Fonte: CNP,1991

Em 1992 (CNP), 92.2% das unidades produtivas eram do sector privado, 1.6% do estatal, 1.6% do sector misto 1.6% do sector cooperativo e 3% de sectores não especificados. Estes sectores revelam uma tendência do crescimento para o sector privado e uma redução no sector estatal (provavelmente relacionada com a política de privatização).

Em 1993 a agricultura da região estava organizada nos seguintes sectores:

Machambas estatais

Estas eram geridas pelo estado. Consistiam em grandes propriedades, com áreas de regadio e geralmente situadas junto às vias de comunicação.

A produção de culturas básicas da campanha agrícola de 1996 foi considerada pelas autoridades distritais como suficiente para as necessidades de consumo doméstico, mas as estimativas da missão de avaliação de colheitas da FAO/PMA referem que o distrito é deficitário em alimentos básicos. O défice agregado de todas as culturas alimentares do distrito, considerando as necessidades alimentares locais, foi estimado em 8.014 toneladas de equivalente milho, para 1996 (ACNUR & PNUD, 1997).

As famílias utilizam geralmente outras fontes de rendimento não agrícolas para satisfazerem as necessidades de segurança alimentar do agregado, sendo uma do mais importante o trabalho nas minas da África do Sul. O emprego formal é a fonte de rendimento não agrícola mais frequente, mas a venda de bebidas tradicionais é também de relevo. (ACNUR & PNUD, 1997).

O distrito de Boane está abrangido pelo programa de extensão rural, o qual apoia os pequenos e médios agricultores em métodos de produção de cereais.

Estes consistem no uso de fertilizantes, utensílios domésticos, irrigação, armazenamento do excedente agrícola, combate às pragas e uso de tracção animal, para fazer face a crise alimentar.

4.2. Extensão agrária em Moçambique

A extensão agrária como serviço do Ministério da Agricultura iniciou-se em 1987, com algumas redes-piloto organizadas em áreas de relativa segurança durante o período de guerra. Actualmente os serviços provinciais de extensão (SPER) existem em todas as dez províncias e possuem aproximadamente 700 extensionistas, localizados em 68 distritos (MADER, 1997), (ver o anexo 6).

Os serviços de extensão representam a componente do programa Nacional para o Desenvolvimento da Agricultura (PROAGRI) que disponibiliza informações úteis aos produtores e estimula a troca de informações entre eles sobre novas opções tecnológicas e organizacionais dos produtores. A aplicação destes novos conhecimentos permitira aumentar o aproveitamento dos recursos disponíveis aos produtores e, em consequência, aumentar a produção e produtividade agrária e o rendimento dos mesmos.

Dentro desta perspectiva, a extensão pública será proporcionada pela procura efectiva dos produtores, e direccionada aos constrangimentos deles. Para facilitar a compreensão destes constrangimentos, os extensionistas orientar-se-ão por diagnósticos participativos dos sistemas de produção. Esta abordagem reconhece os produtores como participantes activos no processo e não como "alunos" passivos do extensionista. O papel do extensionista é o de servir principalmente como facilitador de troca de informações entre produtores sobre novas opções tecnológicas testadas nas suas machambas. Estas opções sairão de um processo em que produtores, extensionistas e investigadores contribuem em conjunto para determinar os principais problemas que limitam a produção, produtividade e rendimento dos camponeses. Requer também sensibilidade dos serviços de extensão para orientar os seus esforços, as necessidades específicas de seus clientes, com ênfase especial das mulheres (MADER, 1997).

As características positivas da situação actual que favorecem o desenvolvimento da extensão em Moçambique são:

- Progresso significativo nos últimos anos em integrar as diferentes componentes provinciais e de ONG'S num sistema coordenado de extensão; (ver o anexo 7).

O papel do Extensionista rural no desenvolvimento agrícola das comunidades

- Existência de uma base de recursos humanos a nível distrital, com experiência profissional em extensão, necessitando no entanto de mais formação;
- Ao nível do MADER existir consenso sobre a necessidade de um sistema nacional único e sobre o papel da extensão;
- Existências de quantidade significativa de experiências positivas de extensão a serem multiplicadas a nível nacional.

Os factores imitantes ao desenvolvimento da extensão rural incluem:

Fraca base técnica das mensagens, sendo o principal problema a transformação contínua dos conhecimentos existentes em opções tecnológicas uteis aos produtores:

Formação insuficiente quer no que diz respeito a vertente tecnológica bem como a sociológica:

Gestão inadequada, registando-se 1) fraqueza na gestão das redes, no que diz respeito à supervisão, monitoria da execução física e financeira, divulgação do impacto e processo de retroalimentação: 2) gestão dos projectos, apresentando variações na sua integração institucional: 3) coordenação regional/nacional que dispõem de poucos recursos para promover actividades de integração pois o financiamento de operações vem na totalidade de orçamentos provinciais e gestão de recursos que não responde às necessidades de um sistema integrado.

De acordo com o Ministério da Agricultura (1997), os serviços de extensão privilegia o contacto directo dos extensionistas com os produtores, controlando os custos operacionais por trabalhar sempre com grupos e não indivíduos, promover a difusão horizontal de tecnologias entre produtores e complementar o trabalho de contacto directo com outros meios de comunicação. Portanto, a metodologia geral dos serviços de extensão inclui cinco áreas: 1) desenvolvimento e disseminação participativa de tecnologias através de contacto directo; 2) promoção de disseminação lateral entre produtores, 3) apoio a associações comunitárias e de produtores para tomar controlo da gestão de seus recursos, 4) actividades específicas em apoio ao grupo emergente de pequenos produtores privados e 5) comunicação de massa.

Como forma de poder dinamizar o trabalho criou-se no Ministério de Agricultura a Direcção Nacional de Extensão rural o departamento de extensão rural, que formou os primeiros extensionista em 1988 para os distritos pilotos como forma de ajudar as cooperativas e

O papel do Extensionista rural no desenvolvimento agrícola das comunidades

associações criadas a revitalizar o seu trabalho dado que todas elas começaram a deparar com vários problemas desde aos de gestão interna até financeiro, isso por falta de formação em vários ramos relacionados com este tipo de trabalho.(ver o anexo 5).

Foram formados os primeiros extensionista no CFA (Centro de Formação Agrária) para logo de seguida serem distribuídos pelos distritos pilotos ao que o Distrito de Boane foi contemplado e o primeiro passo dado pelos técnicos afectos ao distrito em numero de sete técnicos extensionistas que logo de imediato começaram por identificar os problemas que assolavam aquela zona, desde as desorganizações das associações e cooperativas, falta de interligação com outras instituições ligadas ao ramo agrícola.(ver o anexo 9).

Neste contexto, os extensionistas entram no terreno e fazem o trabalho com as comunidades com o objectivo de impulsionar o desenvolvimento rural, através do seu trabalho quotidiano que consistia no contacto campo a campo, no método escola que consistia em (encontros semanais no pátio da cooperativa para ensinar uma nova técnica), no campo de demonstração de resultados , visitas de estudo, cursos de agricultura, o concurso entre os camponeses para ver quem aplicou as técnicas adoptadas de modo a incentivar o desenvolvimento comunitário.(ver o anexo 4).

Com a introdução deste actor social na comunidade verificaram-se mudanças e desenvolvimento no que se refere a aplicação de técnicas de cultivo e produtivo.

A nossa inquietação é perceber a real contribuição do extensionista rural no processo de desenvolvimento agrícola vista pelos membros da cooperativa 25 de Setembro em Boane.

4.3. Caracterização da Cooperativa 25 de Setembro

A pesquisa empírica foi realizada na Cooperativa 25 de Setembro em Umbelúzi, no distrito de Boane, na província de Maputo⁵.

Fundada em 1981 com 56 membros, tem 40 hectares, e funciona com um sistema de regadio, um tractor, duas motobombas, um aviário com capacidade para mil e quinhentos pintos, um curral com quinze cabeças bovinas, um pomar de diversas fruteiras e um viveiro florestal.

A cooperativa depara com vários problemas dentre os quais: se destacam a avaria do tractor, a avaria da motobomba, problemas na gestão da cooperativa, paralização da produção de pinto tinha sido por falta de fundos, existência de áreas que já não são regáveis, abandono de alguns membros aos trabalhos da cooperativa, falta de pagamento de quotas.

Em 1989 foi montada a rede de extensão rural de Boane onde foi logo de imediato indigitado um técnico (extensionista rural) para apoiar a cooperativa. Este técnico fez um levantamento dos problemas da cooperativa, o tipo de apoios que desejavam que fossem resolvidos de imediatos para tal foi solicitada a intervenção das instituições adequadas, como Helvetas, Ipa, Inive, Semoc, Estação Agrária de Umbelúzi etc, que resolveram prontalmente financiando: a reparação da motobomba, a reconstrução do regadio de drenagem, a reparação do tractor. Foi também lhes cedido um financiamento para a compra do combustível para a motobomba e tractor. Para reativar a produção de frangos de abate; foram reativadas as comissões de trabalho da cooperativas, legalização da escritura da cooperativa. Com o objectivo de fortalecer a organização da cooperativa, foram ministrados vários cursos de curta duração tais com: O associativismo, desenvolva o seu negócio, apicultura, avicultura, gestão das cooperativas, conservação de sementes, como combater as pragas e doenças etc⁶.

A cooperativa possui uma comissão de gestão que funciona num edifício existente na sede com uma oficina de reparações, escritório da cooperativa e um armazém.

⁵ Uma das zonas que funcionam os serviços de extensão rural de Boane.

⁶ Informação prestadas pelo secretário do Bairro da Cooperativa 25 de Setembro.

Desde a sua criação até a fase actual, dos primeiros 56 membros: só restam 38; pois uma parte faleceu e outra mudou de residência, e um punhado como alguns desistiram. Cada cooperativista possui uma área de um hectare com regime de regadio ou sequeiro, tendo como principais culturas : tomate, cebola, repolho, abóbora, feijão nhemba e manteiga, e milho.

A cooperativa é composta, maioritariamente, por indivíduos residentes no bairro 25 de Setembro, habitado por membros da mesma construído pelas Helvetas , outros habitantes vem de bairros vizinhos de Mahubo, Campoane Aldeia e Bloco 2, também há outros habitantes que se estabeleceram como deslocados de guerra⁷ que se seguiu á independência do país, em 1975 opondo a Renamo ao Governo de Moçambique até 1992, altura em que foram assinados os acordos de paz, em Roma.(ver o anexo 3).

⁷ Informação prestada pelo Presidente da Cooperativa "Lucas Zucula".

4.4. -Antecedentes dos trabalhos na cooperativa 25 de Setembro.

Na formação da cooperativa, em 1981, os camponeses desenvolviam as suas actividades fazendo em conjunto numa machamba coletiva onde reunia-se toda a comunidade. Essas actividades eram feitas das 5 horas e 30 minutos até as 8 horas ao que depois seguiam as suas machambas individuais. O resultado da sua produção era distribuída equitativamente pelos membros, e cada um tinha 1 hectare de terra para exercer as suas actividades com apoio de técnicos da Direcção Distrital de Agricultura que vinham regularmente orientar os trabalhos de forma muito lenta, não obedecendo, com exatidão, as técnicas agrícolas. Neste caso a produtividade e o rendimento, por hectare, era muito baixo.

Para dirigir os trabalhos existia uma comissão de gestão que zelava por todas as actividades desde as reuniões de balanço, coordenação da venda de sementes pela Semoc, o aluguer do tractor, o controle do sistema de regadio, a distribuição das colheitas da machamba coletiva, o controle da distribuição da água pela motobomba aos cooperativistas, o aluguer do tractor etc; esta comissão começou a enfrentar graves problemas tais como o não pagamento de cotas, dificuldades no pagamento das jornas do trabalho do aluguer do tractor para o cultivo nas machambas individuais, pagamento da taxa para o combustível da motobomba e o que trouxe a falência e falta de controlo destas actividades que teve que pedir alguns apoios internos e externos, donde alguns vizinhos da cooperativa das empresas estatais teve que ajudar na reparação da motobomba, no tractor recebendo em troca uma quantidade dos produtos da produção interna da cooperativa o que em parte minimizou custo de pagamento destes serviços.

As actividades decorriam sobre a orientação da comissão de gestão da cooperativa que zelava por todos os trabalhos, mas devido á várias lacunas de gestão dos meios da cooperativa isso levou a que houvesse uma crise interna fazendo com que começassem a existir avarias de alguns meios como: tractor, a motobomba, o sistema de regadio, o que fez com que as actividades decorressem muito lentamente dificultando o cumprimento das metas previstas. Esta situação terá mergulhado a cooperativa numa situação de total descontrolo devido a carência de fundos para a manutenção e meios existentes , o que obrigou a comissão a fazer o pedido de apoios internos os externos(o INIA, A SEMOC,LOMACO) desde a apoio das instituições vizinhas como a Direcção Distrital

de Agricultura, e pessoas singulares, que, em conjunto, desenharam estratégias de apoio a cooperativa. Neste âmbito, a primeira acção foi a de indicar para o local um técnico extensionista que pudesse fazer um levantamento de todos os problemas que assolavam este organismo e contactar as respectivas instituições de apoio.

4.5. Implantação do extensionista rural na cooperativa 25 de Setembro

Desde 1989 que a cooperativa 25 de Setembro tem recebido apoio de extensão rural, como citamos acima. Portanto, os cooperativistas conhecem o extensionista rural através das suas actividades quotidianas em prol do desenvolvimento agrícola verificado ao longo do tempo.

No geral, os cooperativistas recebem, de forma individual ou coletiva, o apoio do extensionista rural, em termos de participação nos trabalhos de extensão, em reuniões de aprendizagem, no campo de demonstração dos resultados.

Há três perspectivas a destacar a cerca da percepção do extensionista rural. Os engenheiros de extensão rural defendem que ele é um técnico de campo que tem o objectivo de espalhar as tecnologias dos Institutos de Investigação modernas para os camponeses, fazendo assim a troca de várias sabedorias nos ramos da pecuária, agricultura, das florestas, da água etc. (Minag:1997).

Enquanto as várias empresas produtoras de sementes (Semoc, Panar Instituto de investigação)⁸ vêm neste, um organismo que ajuda a difundir e testar as várias investigações feitas nos seus campos de ensaios, para levar junto as comunidades de modo a dar a sua adaptabilidade pela produção, combate de pragas e doenças e resistência a seca.

A última perspectiva é dos camponeses que vêm nos extensionistas um técnico para lhes ensinar a plantar, a combater pragas e doenças bem como ajudar a resolver os vários problemas que podem existir nas comunidades; que ele pode ajudar a solucionar procurando vários parceiros sociais na resolução de questões pontuais. (Minag:1997).

O extensionista rural, na realização dos trabalhos, usa a metodologia de reuniões às terças-feiras (que eram encontros regulares que normalmente aconteciam naquele dia, onde discutiam assuntos técnicos e sociais) e intercâmbios singulares nas machambas dos camponeses que consiste em verificar se estão da aplicação dos métodos adquiridos nos encontros regulares com extensionista rural bem como discutir outros assuntos da comunidade, com o objectivo de ajudar no

⁸ Empresas de produção e investigação de sementes.

desenvolvimento agrícola e melhoria das condições de vida, desde na alimentação, ajuda no material escolar das crianças, na compra de vestuários na assistência e saúde dos elementos de cada família rural.

Em graus diferentes, os entrevistados demonstram conhecer os aspectos fundamentais a aprender com as mensagens e troca de tecnologias que os extensionistas realizam no quotidiano com os cooperativistas.

Um entrevistado, que diz conhecer a extensão rural a muito tempo.

“ Tudo começou com um campo de demonstração de resultados em que todos participamos, semeamos culturas dadas pela Semoc, com todos os amanhos culturais⁹, aqui aprendem muita coisa em conjunto¹⁰”

O outro entrevistado precisou que:

“ O extensionista é o técnico que regularmente reúne connosco ensina nos como plantar, como pulverizar e combater as pragas e doenças no campo, mostrar nos qual é o remédio a usar; bem como ajudar nos a resolver os problemas de água¹⁰.”

Estes dois extratos da entrevista demonstram claramente como os camponeses têm noção do trabalho deste actor social, bem como a sua importância e na melhoria da produção e da produtividade através dos ensinamentos das várias técnicas agrícolas que foram aprendendo no seu trabalho do quotidiano onde, cada camponês, com o aprendido vai implementar na sua machamba de modo a melhorar a produção.

Os cooperativistas reúnem-se nas terças feira, para debaterem os seus assuntos ou problemas referentes a produção agrícola, quando deparam com dificuldades solicitam a intervenção do extensionista rural.

⁹ Várias actividades de rotina na machamba, sacha, monda, e a amontoa.

¹⁰ Francisco Chirindza- entrevistado no dia 13-9-2005

Com o extensionista os cooperativistas aprendem vários amanhos culturais (monda, amontoa, sacha, etc) como semear e plantar, bem como os seus respectivos compassos, tratar das doenças e aplicação do adubo.

“Com a chegada do extensionista rural na cooperativa, aprendemos a lidar com a quantidade de sementes a lançar na terra, os compassos a dar, como adubar e pulverizar (...) introduziram-se novas culturas como: repolho, feijões, pimento e batata reno...”.

Com os ensinamentos do extensionista rural verificaram-se mudanças na cooperativa 25 de Setembro, em relação ao aumento da produção e produtividade, melhoria nas condições de vida e mudança de mentalidade; que tem haver com a mudança de hábitos e costumes desde o cultivo de culturas, a maneira de lidar com os amanhos culturais de como praticar certas actividades do quotidianos dos cooperativistas.

A este respeito afirmam que:

“A colheita é boa e vai melhorar a vida das famílias (...) a pobreza diminui (...) pois os produtos que vendemos vão melhorar as condições das famílias na educação das crianças (...) na resolução de outros problemas como produtos de primeira necessidade na melhoria da dieta familiar e na manutenção do funcionamento da cooperativa.”

Através da atividade agrícola quotidiana dos cooperativistas, em interação com o extensionista rural, estes dizem que o técnico é:

“Conselheiro e educador, é quem ajuda a solucionar vários problemas agrícolas, (...) mostra as soluções necessárias.”

“(...) técnico de campo (...) educa como trabalhar em coletivo.”

“Alguém que apoia em tudo, como uma pessoa que se preocupa com o que é bom na produção agrícola (...)”

O papel do Extensionista rural no desenvolvimento agrícola das comunidades

Os cooperativistas vêem o extensionista como um técnico que os apoia diretamente na produção, aconselha nos problemas endógenos e os ensina a trabalhar em coletivo para o desenvolvimento das suas respectivas actividades.

CAPITULO V

1. CONCLUSÃO

De acordo com os resultados da pesquisa podemos concluir que a imagem do extensionista rural é construída a partir da experiência adquirida na sua interacção no processo da produção agrícola. Assim sendo, o nosso estudo responde a pergunta de partida pois ele contribui positivamente para os aspectos de integração na cooperativa 25 de Setembro, através dos trabalhos quotidianos com a comunidade.

Onde vai apercebendo os seus usos e costumes e a maneira como vão mudando de mentalidade no modo de fazer os trabalhos culturais (sachas, amontoa, monda) a adubação a rega a drenagem e isso vai fortalecer as relações entre os cooperativistas na luta contra a pobreza e na melhoria das condições de vida. Então, corrobora-se com a hipótese do trabalho Segundo a qual “ *A contribuição do extensionista rural no processo de desenvolvimento agrícola tem sido socialmente construído através da interacção deste, na comunidade e no processo produtivo.*”

De acordo com a abordagem a teoria satisfaz a compreensão da influência do extensionista rural no desenvolvimento agrícola a partir da construção social que os cooperativistas têm por intermédio dos ensinamentos que são as novas tecnologias agrícolas, as novas formas de trabalhar em colectivo, de como gerir os diferentes conflitos no meio rural, e da produtividade; verificando a partir dos seus ganhos de onde podemos verificar se produziu se mais ou não, de modo a aumentar os rendimentos que servem para melhorar a vida da família, dos filhos para o material escolar, etc.

A população da cooperativa 25 de Setembro em Boane constrói positivamente a imagem e o trabalho do extensionista rural a partir da sua aceitação aos seus trabalhos quotidianos, na percepção das suas mensagens. A procura dos seus serviços pelos camponeses na busca de solução para os vários problemas correntes como: ataque de pragas e doenças, drenagem, lavouras etc., por isso temos a concluir que o papel do extensionista rural é relevante na dinamização da actividade agrícola desenvolvida naquela cooperativa.

2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AWASSE, A e Mushove,P;(2001), O Modelo fundamental de gestão comunitária dos recursos projecto Moz/fao/Holanda,Nampula, Moçambique.
2. BASTOS, L.da R.et al (1995) “ Manual para a elaboração de projectos e Relatório de pesquisa,Teses,Dissertações e Monografias.”
Rio de Janeiro:LTC-Livros técnicos e científicos.
4ª Edição
3. BERGER, P & Luckmann,T.(1990) “A Construção social da realidade”
Tratado de Sociologia do conhecimento
Petropolis:Vozes;8ªEdição.
- 4.BORJA, J. (1997) A participação Cidadina
5. CHAMBERS, R. (1993) “ Desenvolvimento rural”.Fazer dos últimos os primeiros
Longman, Essex, p16.
6. CHICHAVA J. P.A. (1999) Participação comunitária e desenvolvimento: caso dos grupos dinamizadores em Moçambique, ML Graphics, Maputo.
7. CRESPI, Franco (1997): Manual de sociologia da cultura,Lisboa,Estampa.
8. Direcção Nacional de Desenvolvimento Rural(1992) IIª Reunião Nacional extensão rural.
9. Director, Plano de Extensão rural (1997).
10. Durkheim, Émile (1998) As regras do método sociológico,Portugal,Presença.

11. YESHEWAHEL (1994) O sistema de treinamento e visita, fundação Caloute Gulbenkian.

12. LAKATOS, E & Marconi, M, (1991), Metodologia Científica. São Paulo, 2ª ED Atlas.

13. Loforte. A & Raimundo (1998) Gestão comunitária dos recursos Naturais do parque de Zinave.
14. Lobo, Maria, (2001) Arte e técnica de troca e partilha de ideias comunicação, Lisboa, Editor Direcção geral de desenvolvimento rural.

15. MANHEIM, K (1982) " Ideologia e Utopia" Rio de Janeiro Zahar. Editores Zahar, Biblioteca de Ciências sociais- Sociologia e Antropologia, 4

16. MUSSOI, Eras Marina (1986) "Instrumento de desenvolvimento rural Integrado" CEA-UEM p 16.
17. O.D.A., A. (1995) A. GUIDE, to social analysis for projects in developing countris overseas development administrative crown.
18. PARPA Plano de acção para a redução da pobreza absoluta (2001).

19. Pijnenbrug, B, (1998) Limits of Farmer participation, in agriculture research and Extension Newsletter n 37 London.
20. PRETTY et al (1995) Participatory learning and action. London. International Institute for environment and development (IIED).

21. PNUD/ACNUR (1997) Peril do Distrito de Boane.

22. SWANSON, B. (1981) " História e evolução da extensão rural" in Extensão rural: Manual de referência, 2ª edição. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura; FAO.

23. TOURAINE, Alain (1976): Cartas a uma jovem socióloga, Rio de Janeiro, Paz e terra S.A.

24. Mahumane, Maria Cidália - (2002)- Tese de Licenciatura Análise de projectos de manejo e gestão comunitária dos recursos naturais. Em arquivo na Faculdade de Agronomia da Universidade Eduardo Mondlane.

25. Sabão, António - (2003)- Tese de licenciatura Identificação de factores que determinam a adopção de tecnologias agrícolas; Um estudo do caso de Extensão Rural de Boane. Em arquivo na Faculdade de Agronomia da Universidade Eduardo Mondlane.

26. WORSLEY, Peter (1983) : Introdução a Sociologia, Lisboa, Dom Quixote.

27. HATCH (1976) Longmann Express P 6-7

28. QUIVY, R et al (1985) Manual de Investigação em Ciências Sociais, Gradiva

29. MUCAVEL, Custódio (2001) “ Extensão agrária em Moçambique”-Maputo- Moçambique

30. MUCAVEL, Custódio (2002) Boletim informativo do MADER

31. NEGRÃO ,José (1997) Debate Actual.

32. VALÁ, SALIMO (1998) O que é participação comunitária ? In jornal domingo de 11 de Janeiro n 833. Maputo.

ANEXOS

3. ANEXOS 1

Questionário do trabalho do fim do curso

1. Nome do agricultor _____

2. Conhece o extensionista rural da cooperativa _____

3. Tem algum apoio da extensão rural _____

4. O que significa para si o extensionista rural. _____

5. Costuma participar nos trabalhos de extensão rural _____

6. O que aprendeu do extensionista rural _____

7. Que mudanças beneficiou a cooperativa com a chegada do extensionista. _____

8. A partir da sua participação nos trabalhos de extensão que mudou na sua machamba e na sua vida _____

9. Que significado é que o extensionista tem na comunidade e na sua vida _____

10. Como considera o extensionista rural na solução dos problemas endógenos _____

11. Como é visto o extensionista rural nos seus trabalhos; tem tido muita aderência _____

12. O que acha que devia ser melhorado no trabalho do extensionista junto aos cooperativistas _____

MUITO OBRIGADO

Anexo 2. Métodos de extensão rural individuais

Métodos individuais	Características
Visita ao campo e ao domicílio	O técnico extensionista encontra-se individualmente com o agricultor ou trabalhador agrícola no campo ou em casa para abordar assuntos relacionados com actividades agrícolas a desenvolver.
Visita e consulta ao serviço de extensão	O agricultor ou trabalhador agrícola dirigem-se ao local onde funcionam os serviços de extensão (escritório), a fim de procurar informação ou apoio.
Contactos informais	Encontros realizados em lugares informais entre o extensionista e o agricultor para abordar assuntos já planeado.
Agricultor modelo	Identificação dum agricultor cujos métodos de cultivos e atitudes pessoais sejam tão superiores que a sua exploração agrícola, servindo de exemplo a outros agricultores.
A bandeira de campo	O extensionista coloca uma bandeira com informação necessária ao agricultor quando este estiver ausente no campo. O objectivo deste método é garantir a comunicação ao agricultor, mesmo quando não estiver no campo.

Anexo 3- Distribuição dos extensionistas no distrito de Boane

O papel do Extensionista rural no desenvolvimento agrícola das comunidades

Nome do técnico	Zonas de acção	Área de abrangência
Armando Cossa	Massaca I e II, Mahelane, Manguiza	221 hectares
Rosália Jamisse	Aldeia Eduardo Mondlane	540 hectares
Eugénia Luís	Aldeias p.s.k. e Umpala.	340 hectares
Saissane Bila	Coop. 25 de Setembro e baixo Umbeluzi.	250 hectares
Armando Djedje	B. 25 de junho, Matola rio, Jonasse.	850 hectares
Catarina Macie	Chinonaquila(Associação Josina Machel, Mbuzini, Cape- Cape).	790 hectares
Afonso Sambo	Belulane, Tchonissa e Machume.	550 hectares
Total 7 técnicos	23 zonas	3.541 hectares

Anexo 4 .Métodos de extensão de Grupos

Métodos de grupo	Características
Demonstração de resultados	Ensina porque um prática ou factor de produção deve ser adoptado, mostrando fisicamente como as diferentes ou novas práticas se compara com uma prática habitual local.
Demonstração de métodos	Mostra passo a passo a um grupo ou classe, como fazer uma determinada coisa, para poder ensinar novas técnicas e práticas aos beneficiários de extensão.
O concurso	Serve para e fomentar a participação e melhorar as capacidades agrícolas.
A viagem de estudo	Um grupo desloca-se a outro local para observar práticas agrícolas, projectos ou demonstrações que não podem ser vistas localmente.
Jornada de campo	Um ou vários dias em que uma zona onde se praticam determinadas técnicas agrícolas com êxitos se abre para visitas externas de outros camponeses. O objectivo é mostrar o êxito de uma prática agrícola ao outros.
A discussão informal	Os vizinhos reúnem-se numa das casas num certo dia e hora, uma vez por semana ou mês, para abordar e comunicar problemas comuns e para ficar a conhecer melhor os vizinhos, ou para trocar ideias agrícolas, ou partilhar problemas comuns, de modo a ajudar a si e a comunidade.
Palestras	Grupo de camponeses ou ouvintes juntam-se num determinado local com um orador

	<p>para abordar assuntos deles relacionados, podendo haver perguntas e respostas no fim. A palestra tem como objectivo transmitir um conjunto organizado de informação a um público.</p>
--	--

Tabela 2 - COBERTURA DAS REDES DE EXTENSÃO

anexo 5

Província	Rede	Distrito	Província	Rede	Distrito
Beira	Boane	Boane, Matutuine		Ile	Ile
	Magude	Magude, Moamba		Namacura	Namacura
Maputo	Chokwe	Chokwe		Pebane	Pebane
	Xai-Xai	Xai-Xai, Bilene	7. Tete	Angonia	Angonia, Tsangano, Moatize
	Manjacaze	Manjacaze, Chibuto		Changara	Changara
Moçimboa do Baixo	Inharrime	Inharrime, Jangamo	8. Nampula	Nampula	Nampula, Mecuburi
	Panda	Panda, Homoine		Muecate	Muecate
	Massinga	Massinga, Morrumbene		Ribaue	Ribaue
Nampula	Sussundenga	Sussundenga		Malema	Malema
	Gondola	Gondola		Namapa	Namapa
	Manica	Manica		Monapo	Monapo, Meconta
	Mossurize	Mossurize		Angoche	Angoche
	Barue	Barue	9. C. Delgado	Montepuez	Montepuez, Balama
Maputo	Buzi	Buzi		Namuno	Namuno
	Nhamatanda	Nhamatanda, Dondo		Chiure	Chiure
	Gorongosa	Gorongosa		Mueda	Mueda, Nangade, Muidumbe
Beira	Nicoadala	Nicoadala	10. Niassa	Lichinga	Lichinga, Sanga
	Mocuba	Mocuba			
	Alto Molocue	Alto Molocue			

anexo (6)

Tabela 6				
Resumo dos Requerimentos de Pessoal - Nível Distrital				
Distritos	Extensionistas		Supervisores	
	Actuais	Novos	Actuais	Novos
Boane	8		1	
Matutuine	8		1	
Magude	7	1	1	
Moamba	7	1	1	
Xai-Xai	14	2	2	
Bilene	8		1	
Chibuto	14	2	2	
Manjacaze	11	5	2	
Chokwe	10	6	2	
Massinga	16		2	
Morrumbene	8		1	
Panda	8		1	
Homoine	8		1	
Inharrime	8		1	
Jangamo	8		1	
Nhamatanda	14	2	2	
Dondo	8		1	
Buzi	16			2
Gorongosa	5	3		1
Gondola	11	5	2	
Barue	8		1	
Manica	24		3	
Mossurize	8		1	
Sussundenga	8		1	
Angonia	6	2		
Tsangano	7	1	1	
Moatize	7	1	1	
Changara		8		1
Alto Molocue	5	11		2
Ile	6	10	1	1
Mocuba	8	8	1	1
Namacurra	8		1	
Nicoadala	9	7	1	1
Pebane	8		1	
Nampula	16		2	
Mecuburi	16		2	
Monapo	24		3	
Meconta	5	3	1	
Angoche	16		2	
Mafalema	24		3	
Muecate	20	4	3	
Namapa	24		3	
Ribaue	22	2	3	
Mueda	16		1	1
Muidumbe	8		1	
Nangade	8		1	
Chiure	24		3	
Montepuez	24		3	
Balama		8		1
Namumó	16		2	
Lichinga	21	3	3	
Sanga	8		1	
Totai	601	95	76	11

Zona Agroeco.	Provincia	Rede	Distrito	N° Equipas	N° Extensionistas	
					Previsto	Actual
R7		Ile	Ile	2	16	6
R5		Namacura	Namacura	1	8	6
R8		Pebane	Pebane	1	8	9
	7.Tete			4	32	20
R10		Angonia		3	24	20
			Angonia	1	8	6
			Tsangano	1	8	6
			Moatize	1	8	6
R6		Changara	Changara	1	8	
	8.Nampula			22	176	170
R7		Nampula		4	32	35
			Nampula	2	16	16
			Mecuburi	2	16	19
R7		Muecate	Muecate	3	24	20
R7		Ribaue	Ribaue	3	24	22
R7		Malema	Malema	3	24	8
R7		Namapa	Namapa	3	24	24
R8		Monapo		4	32	26
			Monapo	3	24	21
			Meconta	1	8	5
R8		Angoche	Angoche	2	16	16
	9.C.Delgado			13	104	97
R7		Montepueze		4	32	19
			Montepueze	3	24	19
			Balama	1	8	
R7		Namuno	Namuno	2	16	14
R7		Chiure	Chiure	3	24	21
R9		Mueda		4	32	18
			Mueda	2	16	9
			Nangade	1	8	4
			Muidumbe	1	8	5
	10.Niassa			4	32	41
R10		Lichinga		4	32	27
			Lichinga	3	24	20
			Sanga	1	8	7
36 Ext.Network Areas				87	696	678
52 Districts						

O Numero actual de extensionistas por provincia inclui os distritos nao contemplados nas prioridades PROAGRI

Anexo 9

Tabela 5 Comparacao do Numero de Extensionistas Actual e Previsto

Zona Agroeco.	Provincia	Rede	Distrito	Nº Equipas	Nº Extensionistas	
					Previsto	Actual
	1. Maputo			4	32	38
R1		Boane		2	16	
			Boane	1	8	10
			Matatuine	1	8	7
R1		Magude		2	16	
			Magude	1	8	
			Moamba	1	8	
	2. Gaza			9	72	60
R3		Chokwe	Chokwe	2	16	9
R2		Xai-Xai		3	24	22
			Xai-Xai	2	16	14
			Bilene	1	8	8
R2		Manjacaze		4	32	27
			Manjacaze	2	16	12
			Chibuto	2	16	15
	3. Inhambane			7	56	95
R2		Inharrime		2	16	15
			Inharrime	1	8	8
			Jangamo	1	8	7
R2		Panda		2	16	18
			Panda	1	8	11
			Homoine	1	8	7
R2		Massinga		3	24	20
			Massinga	2	16	14
			Morrumbene	1	8	6
	4. Manica			8	64	63
R4/10		Sussundenga	Sussundenga	1	8	12
R4		Gondola	Gondola	2	16	11
R4/10		Manica	Manica	3	24	20
R4		Mossurize	Mossurize	1	8	8
R4/10		Barue	Barue	1	8	8
	5. Sofala			6	48	46
R5		Buzi	Buzi	2	16	8
R5		Nhamatanda		3	24	16
			Nhamatanda	2	16	8
			Dondo	1	8	8
R4		Gorogosa	Gorongosa	1	8	5
	6. Zambezia			10	80	48
R5		Nicoadala	Nicoadala	2	16	9
R7		Mocuba	Mocuba	2	16	8
R7/10		Alto Molocue	Alto Molocue	2	16	5